



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

NOVAS PERSPECTIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carmen Lúcia Tomás Bezerra⁴²⁵

RESUMO

A busca em contribuir para o diálogo de concepções, o estabelecimento de vínculos e a partilha de experiências sobre o atendimento a educandos especiais origina o presente artigo que visa o alcance da complexidade dos itens que compõem a Educação, principalmente, a Educação Especial. As considerações apresentadas neste documento são resultado de uma pesquisa bibliográfica projetando o descortinar do horizonte do conhecimento em que nos lançamos para continuidade de um percurso investigativo. Em resultado é possível admitir que a escola redesenha-se em sua organização, proposta curricular, atuação docente e métodos. O professor aprendente entende que a educação é uma construção coletiva em que todos aprendem e avançam juntos, conseqüentemente, condicionada à formação continuada.

Palavras – Chave: Educação Especial, Formação Docente, Profissional da Educação.

1. Introdução

Considerando a reflexão em torno da escola e seu projeto educativo reitera-se a compreensão de que nunca antes se viveu uma época histórica tão complexa em que se torna impossível definir como será o futuro. Desfazem-se as certezas do passado. Tudo o que acontece afeta todo o mundo e todas as gentes. Mudança interglobal que não depende de conceitos ou ações particulares, mas da interação de vários fatores que em conjunto provocam transformações universais que superam as questões locais.

A transformação porque passa a humanidade permite, inclusive, a discussão em torno de temas considerados verdades absolutas que passam a perder seu caráter petrificado representado por dogmas. Nesse contexto, a sociedade se desloca do seu eixo não encontrando mais justificativas nas explicações do passado para as indagações que perpassam as atividades e, conseqüentemente, as relações humanas. Ocorre a substituição da época dos modelos instituídos, dos tabus pela vivência da aceitação do que antes era condenado pela ética tradicional.

⁴²⁵ Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Pós-Graduada em Gestão da Avaliação e Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-Graduada em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Professora de História na E.E.E.P. Professor Moreira de Sousa. Professora da Sala de Leitura na E.T.I. Dr. Leão Sampaio. Coordenadora Pedagógica do Colégio Nossa Senhora de Fátima em Barbalha-CE. E-mail: <profacarmenlucia@gmail.com>.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Essa nova configuração social, entre outros fatores, se dá em razão da coexistência de gerações num entrelaçamento de ideias e também no desafio entre concepções que termina por causar a falência das instituições anteriores. Antes de tudo é importante entender que a heterogeneidade de pensamento, de arranjos familiares, de opção sexual, etc., sempre esteve presente na sociedade, porém agora ela é obrigatoriamente percebida e necessariamente deve ser aceita.

Nesse cenário, a escola sai da função de sistematização do conhecimento e busca compreender a que finalidade passará a servir na sociedade atual marcada pela efervescência de mudanças. Em Gilberto Teixeira, (2013, s/p), destaca-se uma nova concepção de educação assim marcada:

[...] uma educação que prepare o indivíduo para enfrentar um mundo em constante mudança, capaz de desempenhar as novas funções que a sociedade moderna está a requerer, capaz de interagir no campo profissional e social, dialogando com as diferentes gerações, entendendo sua linguagem; uma educação que seja auto-educação assumida pelo indivíduo que saberá utilizar os meios postos à sua disposição para um aperfeiçoamento contínuo e aproveitar o lazer para enriquecer-se culturalmente; uma educação que contribua para o desenvolvimento dos povos tornando o homem mais feliz, porque mais realizado.

Essa constatação desestabiliza os espaços escolares em suas funções bem como as pessoas e suas atribuições. Convém compreender que neste século movido e motivado por grandes desafios, em especial sobre a finalidade da educação. Morin, citado por Bazarra, Casanova e Ugarte (2008, p.40) em *Ser professor e dirigir professores em tempos de mudança*, instiga a reflexão de que: “Os grandes desafios do ensino contemporâneo estão em dar origem a mentes bem ordenadas mais que bem cheias, ensinar a riqueza e a fragilidade da condição humana, enfrentar a incerteza. Numa palavra: formar o cidadão do novo milênio”.

Nesse sentido, a qualidade de uma escola e, conseqüentemente, de uma sociedade, somente se dá através do trabalho de qualidade de professores enquanto projeto exigente que determina seu reconhecimento e da equipe que o integra por meio da ação de profissionais do conhecimento e das emoções presentes nessa prática. É equivocado, então, admitir que a qualidade do ensino esteja condicionada à criação contínua de novas estruturas, de novas leis, ao entendimento que os bons resultados se dão, exclusivamente, na sala de aula.

Assim, na perspectiva de uma formação continuada, confirma-se a necessidade em contribuir para o debate de concepções, o estabelecimento de vínculos e a necessidade do hábito da leitura para a inferência segura na partilha de experiências sobre o atendimento a educandos especiais. Essa proposta fundamenta-se na ideia de que a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos vem determinando uma "corrida para atualização", exigida pela intenção em estar no



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

compasso com o progresso. É assim que a escola vai se redesenhando em sua organização, proposta curricular, atuação docente e métodos.

Nesta perspectiva, o professor aprendente entende que a educação é uma construção coletiva a partir da qual todos aprendem e avançam juntos. Admitindo-se a grandeza das possibilidades evidenciadas pela inclusão de novas perspectivas, inclusive, das tecnologias da informação no projeto educativo, se reconhece um mundo em movimento pela ação de sujeitos conscientes e mediadores do rumo e capacidade de desenvolvimento que podem permitir avançar para além de pontos locais se entrelaçando em conhecimento no universo virtualizado da era digital.

Isto posto, o presente artigo visa contribuir para a reflexão em torno da Educação Especial levando em conta que as considerações apresentadas neste documento são resultado do descortinar do horizonte do conhecimento em que nos lançamos na expectativa de continuidade de um percurso investigativo buscando estabelecer a afetividade como paradigma da atuação do profissional da educação visando alcançar a complexidade dos itens que compõem a Educação, principalmente, a Educação Especial. Enfim, ao se fazer espaço de qualidade educativa, a escola deve ir além dos decretos, programações, competências e trâmites legais para recuperar e destacar o valor e a paixão pela própria finalidade. Isso exige mudança de mentalidade e tomada de decisão dos que a formam com base na reflexão dialógica e dialética, no entusiasmo, curiosidade e criatividade do professor que ao ser feliz naquilo que decidiu ser se reconhece em sua natureza humana e é reconhecido pela forma como concebe e se relaciona com o mundo.

2. Breve Trajetória da Educação Especial

Para contribuir com a reflexão proposta é fundamental considerar um breve passeio pela história da Educação Especial.

A cultura primitiva das sociedades tribais se destaca pela sobrevivência baseada na caça e na pesca e pelo nomadismo. Além disso, esse povo se defrontava cotidianamente com animais selvagens e intempéries que fragilizavam ainda mais o acolhimento das pessoas que não se integravam à organização estabelecida, posto que por não apresentarem condições de autonomia de sobrevivência, as pessoas diferentes eram dependentes do restante da tribo e, por isso, abandonadas em ambientes hostis e expostas a todo tipo de perigo, inclusive a morte. Porém, a escassez de registros evidenciando a existência de pessoas com deficiência neste período, não invalida hipóteses de tal ocorrência.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Em Esparta e Atenas pessoas com deficiência viviam em condições sub-humanas tendo em vista que contrariavam o status de beleza que serviam de orientação à organização sociocultural dessa época. De forma mais contundente, em Esparta essas pessoas eram lançadas abismo abaixo e em Atenas abandonadas em praças públicas ou segregadas na zona rural distante do convívio com a sociedade dos “normais”. Uma visível demonstração de um parâmetro de equilíbrio demográfico, aristocrático e elitista.

Essas características histórico-sociais da Idade Antiga referenda o contexto educacional disponibilizado pela sociedade atual aos deficientes e, por isso, se apresentem frágeis para corresponder à expectativa da sociedade a que pertencem.

Igualmente na Idade Média, os europeus tratavam as pessoas com deficiência. Com a difusão do Cristianismo deu-se a inserção “espiritual” dessas pessoas. Logo, segregá-las passou a significar a negação dos desígnios de Deus, uma vez que segundo os ensinamentos de Cristo todos são filhos de Deus, embora a igualdade moral ou teológica não concedia a igualdade civil e de direitos.

A acolhida do deficiente tinha mérito de caridade praticada pelos conventos e igrejas. Todavia, o acolhimento da Igreja aos deficientes não era pleno. Assinala-se que na época de Martinho Lutero defendia-se que os deficientes mentais eram seres diabólicos que deviam ser castigados para serem purificados. E quando a deficiência não era acentuada, a própria família cuidava para proteger o deficiente do abandono ou de servir como palhaços em circos.

Em Rodrigues (2008, p. 09) encontramos registro de que: “No século XIII, surge a primeira instituição para pessoas com deficiência, precursora de atendimento sistemático. Era uma colônia agrícola, na Bélgica, que propunha o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para minimizar os efeitos da deficiência”. Só no século XIV, na Inglaterra, é que surge a primeira legislação sobre os cuidados com os deficientes mentais. Esse aparato legal permite a distinção entre deficiente mental, “loucura natural”, idiotia permanente, e doente mental, “lunático” que era acometido de alterações psiquiátricas periódicas. Além dessa distinção, a lei determinou sobre os bens dessas pessoas. No primeiro caso ao mesmo passo em que cabia ao rei cuidar (do deficiente) lhe era dado o direito sobre a herança deste. Já no caso do doente mental, a lei garantia-lhe o direito sobre seus possíveis bens.

Na Idade Moderna, no século XVI, a partir das ideias de Paracelso, médico, e Cardano, filósofo, houve um considerável avanço no estudo sobre os deficientes. Paracelso considerava a deficiência mental uma questão médica necessária de tratamento e assistência no que Cardano



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

concordava e ampliava a discussão apresentando como outra necessidade pensar a educação dessas pessoas. Este século ainda foi marcado por novas leis definidoras da loucura e da idiotia enquanto enfermidades ou resultado das intempéries visando o disciplinamento da administração de bens e heranças das pessoas deficientes.

Para Rodrigues (2008, p. 10), embora Thomas Willis, em Londres, tenha defendido em sua obra “CerebriAnatome” a sistematização da deficiência mental mediante a argumentação científica de um produto de estrutura e evento neurais, sua contribuição não provocou a mudança imediata da visão social sobre as pessoas com deficiência. Ainda prevaleceram por muito tempo as atitudes religiosas.

Foi no século XVII que ocorrera a revolução das doutrinas em vigor a respeito da mente humana e suas funções. John Locke apresenta o recém-nascido e o idiota como seres carentes de experiências, que eram como “tabula rasa”. Essa lacuna deveria ser suprida pela educação. Nesse sentido, exerceu forte influência sobre Condillac que formulou psicologicamente a teoria de seu mestre e, conseqüentemente, assinalando os possíveis atrasos no desenvolvimento.

Mais tarde, no século XVIII, Foderé ao escrever o “Tratado do bócio e do cretinismo” questiona a hereditariedade da deficiência e o fatalismo genético do cretinismo. Para o mesmo, no segundo caso, acontece a degradação intelectual maior ou menor considerando o agravamento da doença. Associando distintos graus de retardo a diferentes níveis de hereditariedade justificava a segregação e a esterilização dos adultos acometidos pelo bócio. O século XIX, por sua vez, se destaca pelo trabalho de intelectuais como Itard que entendia a idiotia como insuficiência cultural e que apresentou o primeiro programa sistemático de Educação Especial (1800).

Contrariamente às ideias de Itard, influenciado pelo pensamento de Foderé, Pinel dizia que a idiotia era uma deficiência biológica. Essa discordância assinala uma circunstância que permanece até os dias atuais: a avaliação dos especialistas que pode ser dificultada pela presença de fatores biológicos e ambientais em um diagnóstico fragilizando a necessária fidedignidade à determinação da origem da deficiência mental. Nessa época o tratamento médico da deficiência mental era dirigido pelo dogma médico do fatalismo e irrecuperabilidade da deficiência.

A discussão alargou-se com os estudos de Esquirol que sugeriu a idiotia como produto de carências infantis ou condições pré e peri-natais problemáticas, logo um estado e não uma doença, tendo como critério de avaliação o desempenho educacional no que legitima o ingresso do pedagogo na questão. Edouard Séguin sistematizou uma metodologia da Educação Especial. Teceu



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

severa crítica à classe médica por não observar, tratar ou analisar a idiotia, embora tenha se demorado muito falando sobre tal.

Esses estudos influenciaram o surgimento de escolas para crianças com deficiência mental destacando-se a escola de Abendberg, fundada por Guggenbuhl em 1840, com a finalidade de recuperar os cretinos e idiotas tendo em vista sua autonomia e independência a partir da ideia de educação para as crianças com deficiência mental. Nesse contexto, Rodrigues (2008, p. 14) destaca:

[...] Johann Heinrich Pestalozzi, grande adepto da educação pública, defendendo que a educação era o direito absoluto de toda criança, inclusive – novidade para a época – daquelas provenientes das classes populares. Para ele, a escola deveria ser como um lar, pois essa era a melhor instituição de educação, base para a formação moral, política e religiosa. Para Pestalozzi, todo homem deveria adquirir autonomia intelectual para poder desenvolver uma atividade produtiva autônoma. O ensino escolar deveria propiciar o desenvolvimento de cada um em três campos: o da faculdade de conhecer, o de desenvolver habilidades manuais e o de desenvolver atitudes e valores morais.

Um projeto totalmente progressista. Froebel, seu discípulo, amplia o estudo criando um sistema de Educação Especial baseado no aspecto lúdico e concreto se utilizando de materiais e jogos específicos. Para Froebel toda criança tem sua individualidade, sendo mais executiva do que receptiva. Defendendo a educação formal antes de seis anos. Nessa mesma linha de pensamento, o século XX foi marcado pelo surgimento das escolas montessorianas. O desenvolvimento da aprendizagem através de material didático concreto. Porém, essa iniciativa pedagógica voltada para a educação das crianças especiais não obteve o status científico, privilégio da ciência médica, portanto, de certa forma foi marginalizada.

Neste mesmo período foi garantido pela organização sócio-cultural tratamento diferenciado a tal questão como confinamento em instituições visando assegurar a ordem social e o equilíbrio familiar. Infelizmente havia muitos casos de abandono ou internação em hospício. Não obstante ao avanço na área médica, na psicologia, a deficiência muitas vezes ainda é associada ao tabu do castigo do céu ou fatalismo clínico.

A Educação Especial no Brasil até o final do século foi assinalada por costumes e informações europeias. Mas, desde o século XVIII, em Salvador, ocorrera a institucionalização das crianças especiais que viviam sob os cuidados da Igreja. Até por volta de 1930, a educação dos deficientes teve forte influência da Medicina sob o viés higienistas visto que a deficiência era considerada problema de saúde pública. Mais tarde, nos grandes centros, a Psicologia e a Pedagogia substituíram a Medicina. Com a estruturação da República e a instauração do processo de popularização da escola primária associados ao surgimento da “escola nova”, que defendia a valorização do poder da educação para a transformação social, cresceu muito a iniciativa das



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

pesquisas científica, a preocupação na redução das desigualdades sociais e o perspectiva em estimular a liberdade individual da criança. Surgiram as classes especiais nas escolas públicas.

Não obstante o avanço provocado pelo movimento escolanovistas sobre o atendimento especializado aos deficientes aconteceu uma nítida exclusão entre os “ditos normais e os anormais”. Além disso, em meados de 1960 o movimento sobre educação popular anuncia a possibilidade de matrícula às classes populares. Então, ingresso às classes especiais sem reestruturação do ensino produziu uma equação que teve por resultado um alto índice de evasão e reprovação. A segregação através da escola macula o processo de desenvolvimento. Nos últimos tempos, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA reiterou os direitos garantidos na Constituição: atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Por fim, a Declaração de Salamanca, um documento assinado por vários países proclamando as escolas regulares como inclusivas e espaço mais propício ao combate à discriminação, portanto determinando o acesso à escola a todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais. No Brasil este acordo foi legitimado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Essa deliberação é concretamente repassada às escolas através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

3. Educação Inclusiva - Novas Perspectivas em Educação Especial

A Educação Brasileira está intimamente ligada ao tempo presente e seus marcos, pois, consegue transitar entre todos os movimentos, teorias, práticas e concepções, além de estabelecer um diálogo com outras ciências no sentido de ampliar a análise das temáticas a que se propõe.

Nesse propósito, porém, comprova-se o pensamento enfatizado por Cury (2007, p. 146) de que ao invés de precisar de ajustes, a educação moderna necessita de uma “verdadeira revolução” para que possa consolidar a ideia de que ao formar jovens felizes e inteligentes é possível atingir uma educação de qualidade realmente pautada na inteligência e emoção. Anunciando alternativas para contribuir na expansão dos horizontes da inteligência e da qualidade devida, o autor esclarece ainda que: “a educação moderna está em crise porque não é humanizada, separa o pensador do conhecimento, o professor da matéria, o aluno da escola, enfim, separa o sujeito do objeto” (*id. ibid.*). A partir de uma prática de ensino humanescente é necessário ultrapassar o conteúdo



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

programático para desenvolver a consciência crítica, a prudência, a fidelidade, a honestidade, o questionamento e a responsabilidade social. Para Cury (2007, p. 74):

Bons professores usam a memória como armazém de informações, professores fascinantes usam a memória como suporte da criatividade. Bons professores cumprem o conteúdo programático das aulas, professores fascinantes também cumprem o conteúdo programático, mas seu objetivo fundamental é ensinar os alunos a serem pensadores e não repetidores de informações.

Daí, entender que cabe ao professor estimular em seus alunos, o desenvolvimento da inteligência que possibilita a ousadia em questionar, debater e romper paradigmas. Para tanto, só consegue realizar essa extraordinária ação, aqueles professores que demonstram vontade de aprender e melhorar profissionalmente. Que acreditam em um projeto comunitário de solidariedade e de esperança dos sonhos coletivos da equipe docente de uma escola liderada e gerida por educadores que tenham como função essencial o apoio, a estimulação e a motivação dos docentes como mola propulsora do processo de ensino e de aprendizagem.

Na escola, a exemplo de outras instituições, as mudanças acontecem nas pessoas e a partir destas são reestruturados os interesses institucionais. Essa transformação prescinde do amadurecimento de ideias e ações como produto de uma fundamentação teórica que ao permitir o reconhecimento e a formulação de conceitos em torno de múltiplas questões e perspectivas torna o profissional da educação consciente de seu papel nesse processo.

Assim, o profissional da Educação é antes de tudo o coordenador de um grupo que tendo em seu plano de ação, metas voltadas para inserção do seu aluno no mundo contemporâneo, precisa estar consciente de sua responsabilidade em permitir aos mesmos a utilização positiva de todos os recursos possíveis, inclusive, tecnológicos, uma forma de não contrariar, a partir desse uso, os valores da dignidade humana.

Isso inclui uma reflexão em torno da Educação Especial amadurecida e capaz de levar à tona problemáticas como racismo, preconceito e discriminação. Um elenco de comportamentos que assinalam a enorme fragilidade do ser humano em termos de mentalidade não obstante a evolução da qual participa em toda a história da humanidade. Nesse sentido, o profissional da educação é responsável por lutar contra a segregação, de qualquer tipo. Esta atitude passa pela necessidade em não tornar-se flagelo de si mesmo. A comiseração torna turva a nossa capacidade de enxergar possibilidades ao ponto de não avançarmos ou não fazermos avançar, petrificando-nos em paradigmas que gritam a diferença sem reconhecê-la em sua rica originalidade, mas quando encarada naturalmente exprime ao outro o respeito.

Assim, adverte Rodrigues (2008, p. 21-22)



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

“A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. (...) É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (...) O professor deve estar atento à interação estabelecida entre os alunos com e sem deficiências, promovendo, não só as aprendizagens acadêmicas, como o relacionamento entre eles e o aumento da autoestima da criança com deficiência, auxiliando sua integração na classe. A segregação ou integração depende do tipo de relação estabelecida entre a pessoa com deficiência e aquela que não a apresenta.”

Ninguém melhor do que o profissional da educação para compreender que visões distintas sobre temáticas complexas sempre vão existir em todos os espaços e entre as pessoas. Afirmar não ser racista ou preconceituoso requer o testemunho espontâneo e não o cumprimento obrigatório das leis ou o atendimento à pressão de um grupo. O fundamental é o desenvolvimento da humanização em todas as relações. A sociedade em constante processo de aprendizagem necessita da experiência em detrimento da arrogância em fazer valer os direitos legais.

Tudo isso leva-nos a destacar o pensamento de *Clara Castilho – Psicóloga e Vice-Presidente do Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia em Portugal (2015, p. 1-2), sobre João dos Santos (1982), psicanalista e psiquiatra da infância, ao se debruçar sobre o desenvolvimento infantil:*

[...] ajudou na organização do apoio às famílias das crianças ‘deficientes’, impulsionando a criação de instituições para lhes dar uma resposta satisfatória, a nível dos vários déficits (visuais, auditivos, motores e cognitivos). [...] Manteve sempre como ideia predominante a necessidade de fazer coisas que ajudassem a proteger a criança, para que ela pudesse crescer saudavelmente, focando-se na ideia de que, no âmago de todos nós, permanece a criança que fomos e que deve permanecer viva, sonhadora e aberta à relação. Na sua ação formativa podemos ver que ligava o conhecimento à ação, ensinava que se aprendia fazendo, experimentando, analisando.

Ou seja, para João dos Santos somente na ação é que a educação se realiza. De forma análoga ao seu pensamento, atualmente diante da complexidade em que se encontra a sociedade, também é um grande desafio para a família a educação infantil, daí porque se faz necessário acolher a educação como responsabilidade social e política.

Em Magalhães (2014, p. 8) fica claro o caráter desafiador da vida e obra de João dos Santos, para chamar atenção à educação em termos de situação mais contundente que a sociedade contemporânea precisa resolver urgentemente:

João dos Santos construiu e cultivou, de forma ímpar, a escrita da educação como campo interdisciplinar; soube fazer da educação um problema, senão mesmo o principal problema da sociedade actual. A leitura da sua obra desafia cientistas, pedagogos, políticos, mas é também uma recriação e um manancial de saberes, dizeres e saberes-fazer educativos, que interessam a um vastíssimo público.

De forma institucional a família, a escola e a sociedade se completam numa conexão capaz de imprimir sentido à vida através da educação. Nesse cenário, a criança encontra, pedagogicamente



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

falando, o amor como um ato educativo, expresso no ato de ensinar e de cuidar imbricados na manifestação da inclusão como determinante do fazer pedagógico.

Em um movimento de conexão entre educação e sociedade norteadas pelo eixo da responsabilidade social e política é fundamental a atuação competente do educador que necessita ser ancorada em uma formação continuada capaz de responder com positividade aos problemas contemporâneos, principalmente o ato de educar enquanto reflexo do cuidar, partindo do pressuposto da autenticidade que prescinde da observação de si mesmo, como primeira condição de ensinar e de pensar a aprendizagem.

Como destaca Branco (2000, p. 115), ao apresentar o pensamento de João dos Santos de que o cuidar terapêutico da criança prescinde da avaliação de como se dá “o contacto humano a que a criança se presta e compreender o que nas suas histórias ou nas suas fantasias ela entende da vida e do mundo”.

Por fim, responder à indagação: “Quem cabeno seu todos”? É, pois, um processo complexo e depende das circunstâncias vivenciadas na experiência humana que incluem a afetividade ao mesmo tempo da angústia, a negação assim como a verdade, entre outros valores e concepções. Poderá sim, ser possível na medida em que se desfrute da subjetividade consciente como expressão maior da originalidade que nos forma.

Finalmente, não é interesse desta proposta apresentar estratégias de atendimento a pessoas deficientes, mas chamar atenção para a necessidade da afetividade nessa relação subjetiva que inclui o ser, amar, sentir, pensar, sonhar, fantasiar, se compreender num contexto cultural. Entende-se, então, que a perspectiva cognitiva está intimamente relacionada a outras dimensões expressas numa efervescência de valores e conceitos. Ou seja, reconhece-se que a convivência humana é uma via de mão dupla em que se observam conflitos e estímulos positivos e negativos.

4. Conclusão

A escola, a profissão docente e a formação continuada, constituem um conjunto ativo e dinamizado pelo planejamento, desenvolvimento, avaliação e redimensionamento de estratégias para que se alcance, realmente, a meta de educar. Em especial, a formação continuada é responsabilidade dos reconheçam-na como forma para se aproximar com propriedade do conhecimento, visto que cada um precisa ser um “ser ativo” e criador capaz de produzir transformações significativas em si mesmo e na sociedade a que pertence. Compreende-se, assim,



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

que todo o conhecimento elaborado pelo estudo e vivência, promove o aperfeiçoamento intelectual e social.

Nesta perspectiva, a intenção destaproposta é provocar o diálogo envolvendo a importância da atuação consciente do profissional da educação assinalando a afetividade como paradigma de atendimento a pessoas especiais. Só assim qualquer preconceito, angústia ou medo que possa impedir a extraordinária vivência assinalada pela singularidade da diferença será entendido pela sociedade como forma de atraso, portanto, configurando um povo fragilizado em ética e cidadania.

Enquanto resultado espera-se uma tomada de consciência visivelmente assinalada no processo educativo em que a escola, além de ser um espaço de desenvolvimento cognitivo, seja, principalmente, um lugar de desenvolvimento de seres humanos felizes e capazes de enfrentar o mundo e suas complexidades.

5. Referências Bibliográficas

BRANCO, M. E. C. **Vida, pensamento e obra de João dos Santos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

CASTILHO, C. **A mãe e a escola como promotores de inclusão social das crianças com necessidades especiais na abordagem de João dos Santos**. 2015. Disponível em:

<<https://joaodossantos.net/noticias/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 08 out. 2015.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE– ECA. 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 08 out. 2015.

MAGALHÃES, J. **Do cuidar, educando**: revisitando João dos Santos. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://joaodossantos.net/contributos/do-cuidar-educando-revisitando-joao-dos-santos/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

MORIN, Edgar in BAZARRA, Lourdes; CASANOVA, Olga; UGARTE, Jerónimo Garcia. **Ser professor e dirigir professores em tempos de mudança**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação Especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SANTOS, J. **A caminho de uma utopia...: um instituto da criança**. Lisboa: Ed. Livros Horizonte. [ACU], 1982.

TEIXEIRA, Gilberto. **A Educação Face os Desafios do Mundo Contemporâneo em Educação na Sociedade de Informação** publicada no site Ser Professor Universitário acesso em 27.01. 2013 as 15h30.